

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, AUTONOMIAS UNIVERSITÁ- RIAS, PROPINAS ESTUDANTIS E... ETC.*

Fernando dos Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

* Palavras proferidas na Sessão Solene de Abertura do ano lectivo 2001-2002, que teve como acto central a Lição Oral de Mário Soares «Sobre a Nova Globalização e a Nova Ordem Internacional» e que foram designadamente publicadas no jornal «Lusófona», da Associação de Estudantes da ULHT, sob o título provocador: «Ainda bem que há juizes em Berlim e em Bruxelas»!

Antes de mais, e até como desculpa pela brevidade da minha intervenção, não vou repetir, mas permito-me remeter para as palavras sobre o «Estado da Nação ULHT» que, no «Dia da Universidade», celebrado no mês de Abril, aqui mesmo proferi, e onde começo por citar os versos de Fernando Pessoa e do hino da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: «**Deus quer, o Homem sonha, a Obra nasce**»!

Neste momento, também começaria por afirmar que «**Deus continua a querer**» (e esse «factor Deus», produto do homem como é, só falhará quando o próprio homem falhar), os «**Homens** (nós os Homens, masculinos e femininos, da ULHT) **continuam a sonhar**» e a «**Obra, por isso mesmo, continua e continuará a nascer!**»

Como ainda há dias deixei reescrito em página inteira do «Jornal de Letras» (3 de Outubro 2001), «os objectivos e razões de ser da ULHT são, por um lado, fazer com que o Ensino Superior de qualidade se torne, porque o é efectivamente e insubstituívelmente, o grande motor da democratização, modernização e desenvolvimento das Sociedades (e é também por isso que ainda não perdi a esperança de que a bela norma e conquista revolucionária do «ensino universal, obrigatório e gratuito» venha a aplicar-se não já somente ao «ensino primário» e ao «ensino secundário» mas também a todo o «ensino superior universitário», a verdadeira alfabetização ou literacia de base do nosso tempo, e de que esta minha «opinião publicada» se torne igualmente «opinião pública» e «legislação aplicável, aplicanda e aplicada») e, por outro lado, contribuir para que a Lusofonia passe de mero mito, dúbia ideologia ou vá retórica e a C.P.L.P. passe do nado-morto (que ainda é!) a um «Espaço Lusófono» realista que colabore activa e descomplexadamente no diálogo humano com todos os outros espaços do mundo contemporâneo até porque, como à sociedade creio ter demonstrado nas «**Onze Teses sobre a C.P.L.P. e a Lusofonia: Para uma Crítica da Razão Lusófona**» (Edições Universitárias Lusófonas, 2001), a Lusofonia, ultrapassadas que tiverem sido as fases da «doença infantil do europeísmo provinciano dos Portugueses» (designadamente do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros) e do não menos «provinciano isolacionismo pseudo-continental e de pseudo-grande potência dos Brasileiros» (designadamente da sua falsa elite político-económica que é também a verdadeira tragédia e desgraça do Brasil), **constituirá, no século XXI, a única grande oportunidade nacional e geoestratégica de Portugal, do Brasil e de todos os demais Países e Povos de Língua Portuguesa.**

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, além de reconhecidamente a mais inovadora, é também já, estatisticamente, a maior das Universidades Portuguesas Não-estatais, como poderá ser facilmente conferido na vária documentação disponível. E passando além das suas «obras» já em curso, por exemplo a «Universidade Lusófona de Moçambique» (que lá assumiu, ainda com vergonha de ser «Lusófona», o nome de «ISPU-Instituto Superior Politécnico e

Universitário»), da «Universidade Lusófona do Brasil» (que, pela mesma razão, assumiu o nome de «EUROPAN – Universidade Europeo-pan-americana de Humanidades e Tecnologias») e da «Universidade Amílcar Cabral de Guiné-Bissau» (modelo de cooperação «Estado – Sociedade Civil» que há já vários anos defendi em e para Cabo-Verde e antevejo como paradigma de outros Países Lusófonos, assim eles o entendam e queiram!), lembraria apenas as duas «obras» em que neste preciso momento a ULHT se encontra mais decisivamente empenhada: **a ERISA – Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches, em Lisboa, e a «Universidade Lusófona do Porto», enquanto cidade capital de todo o Noroeste da Península Ibérica.**

Mas, sem falar mais nem das «vontades de Deus» nem dos «sonhos dos homens» nem dos «nascimentos das obras», quero mais uma vez insurgir-me contra os recorrentes aristocratismos serôdios e elitismos provincianos da praça lisboeta, que continuam a perorar que a «desgraça das Universidades é estarem abertas a todos os meninos» (sic) ou a declarar «ideia perniciososa o dizer-se que todos têm direito à entrada nas universidades» (re-sic), ou a escrever «expressamente» e nos momentos mais infelizes (no caso, Sábado, dia 22 de Setembro p.p.) que «a entrada na Universidade significa para muitos jovens uma candidatura para o desemprego», aristocratismos serôdios e elitismos provincianos que ninguém tratou mais agrestemente do que o Ministro Mariano Gago, quando se lhes referiu como aos «**eternos imbecis que hão-de continuar a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais**». E eu acrescentaria: se o snobismo e o provincianismo matassem, pouco restaria, há muito tempo, destes pseudo-líderes de opinião e agora, em geral, autodeclarados belicistas de poltrona e de pacotilha e em geral até «mais papistas que o Papa Americano...»

E vou terminar, talvez surpreendentemente para os distraídos ou interessados, com um apelo ao reforço do «Estado Democrático de Direito» em Portugal, muito limitada e concretamente no que toca à «Não-Autonomia» das Universidades Não-Estatais e ao tratamento de que estão a ser escandalosamente objecto, ou melhor dizendo, vítimas os Estudantes e respectivas Famílias dessas mesmas Universidades Não-Estatais.

Como é possível falar-se de um Estado Democrático de Direito e tolerar a discriminação reinante entre o que podem fazer e fazem as Universidades Estatais (e, para o caso, a Universidade Católica) em matéria, por exemplo, de criação de novos cursos, etc. e o que não podem fazer as Universidades Não-Estatais, que vêem os processos arrastar-se ao longo de anos entre a inoperacionalidade e a incompetência burocráticas; como é possível falar-se de um Estado Democrático de Direito e tolerar as gravíssimas injustiças no campo das propinas universitárias, em que **Uns** (os Estudantes das Universidades Estatais) não pagam quase nada (e até nada escandaloso seria que nada pagassem, como perguntou um dia irrefutavelmente o Doutor Mário Soares, na Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Lisboa:

«Então, para é que servem os impostos pagos por todos os Portugueses?») e os **Outros** (os Estudantes das Universidades Não-Estatais) têm de pagar tudo? Se as normas da Constituição da República Portuguesa não bastam (e até bastam, quando falam do direito real de ensinar e de aprender nas Escolas livremente escolhidas!), super-bastam as normas consignadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que está acima de quaisquer constituições e leis e ideologias e etc. E, já agora, quando se tomará a sério o grito do moleiro da Prússia ao seu Imperador que pensava estar acima de todas as leis: «Ainda bem que há juizes em Berlim!». **E se não houver juizes em Lisboa (que há), haverá certamente juizes em Bruxelas, se não houver juizes em Portugal (que há), haverá certamente juizes na União Europeia!**

De todos os modos, com os nossos Professores, com os nossos Alunos, com os nossos Administrativos, com os nossos Amigos, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias tornar-se-á cada vez mais aquilo que já é, a saber, por um lado, a **Universidade Certa na Hora Certa para a Lusofonia Certa** e, por outro lado, uma **Escola de excelência ou de elite, mas democrática ou aberta a todos, e uma Escola Democrática ou aberta a todos, mas de excelência ou de elite.** Entenda quem puder. Nós continuaremos a sonhar e a fazer.